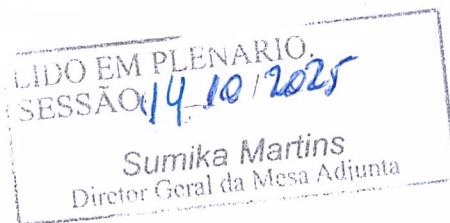




ESTADO DO MARANHÃO
Assembleia Legislativa.



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002 /2025

Inclui o inciso VII ao Art. 92, revoga o parágrafo único do Art. 111 e acrescenta o Art. 111-A na Constituição do Estado do Maranhão

Art. 1º. O Art. 92 da Constituição do Estado do Maranhão passa vigorar acrescido do inciso VII com a seguinte redação:

"Art. 92(...)

*....
VII- O Defensor Público-Geral do Estado."*

Art. 2º. O Artigo 109 da Constituição do Estado do Maranhão passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.109 A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º. A Constituição do Estado do Maranhão passa vigorar acrescida do Art. 111-A e fica revogado o parágrafo único do Art. 111:

Art. 111-A. À Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e nos termos do art. 99, § 2º, da Constituição Federal.



ESTADO DO MARANHÃO
Assembleia Legislativa.

§ 1º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 da Constituição Federal.

§ 2º Caberá à Defensoria Pública, no exercício de sua autonomia:

- I – organizar os serviços auxiliares;
- II – praticar atos próprios de gestão;
- III – compor os seus órgãos de administração superior e de atuação;
- IV – elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;
- V – praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;
- VI – exercer outras competências decorrentes de sua autonomia.

§ 3º Compete privativamente ao Defensor Público-Geral propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, bem como a fixação e revisão dos subsídios dos membros e dos vencimentos dos servidores, além de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração da Defensoria Pública, observadas as normas constitucionais aplicáveis.

Art. 3º. Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO MARANHÃO
Assembleia Legislativa.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
MARANHÃO, 25 de setembro de 2025.

NETO EVANGELISTA

Deputado Estadual

Picasso Am
Solange Almeida.

Cfr. WILLINGTON DO CARO
SILVANA VALLI

RAFA FIGUEROA

Fabiano Vilar

Amado de
Demarenes



Eric Costa

Alf
Ar

